



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional.

## DIÁLOGOS FREIREANOS SOBRE POLITICIDADE E EMPODERAMENTO: O CONTEXTO DA OCUPAÇÃO COMUNA 17 DE ABRIL EM FORTALEZA

VIRGINIA MARCIA ASSUNÇÃO VIANA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta a Ocupação Comuna 17 de abril em Fortaleza de 2010 a 2014, a partir do movimento campo-cidade com MST, MCP e Unidade Classista. A princípio quatrocentas famílias que eram organizadas em núcleos populares construíram lutas em torno da moradia. Na ocupação teve processo de resistência com formação política e o desafio de enfrentar a especulação imobiliária em Fortaleza. O diálogo entre Freire e Shor sobre empoderamento e politicidade fundamentam as análises e confirmam em Freire a educação como ato político na experiência das lutas e resistências coletivas da Comuna 17 de abril em Fortaleza.

**Palavras-chave:** Comuna 17 de abril; Politicidade; Empoderamento.

**Abstract:** This article presents the Occupation Commune April 17 in Fortaleza from 2010 to 2014, from the field-city movement with MST, MCP and Unity Class. At first four hundred families that were organized in popular nuclei built struggles around the dwelling. In the occupation had a process of resistance with political formation and the challenge of facing real estate speculation in Fortaleza. The dialogue between Freire and Shor on empowerment and politicization ground the analyzes and confirm in Freire education as a political act in the experience of the struggles and collective resistance of the April 17 Commune in Fortaleza.

**Keywords:** Commune April 17; Politicity; Empowerment.

### 1 POLITICIDADE E EMPODERAMENTO: chaves analíticas.

O debate que proponho diz respeito à discussão que Freire constrói sobre politicidade e empoderamento, tendo como referência o movimento social Ocupação Comuna 17 de abril em Fortaleza, desde o contexto da mobilização popular à organização política das quatrocentas famílias que o iniciaram em 2010. A partir deste movimento fui tecendo a relação entre o

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <virginia.assuncao@uece.br>

cotidiano da política e o poder do coletivo que se fortalece nas lutas sociais, com ênfase nas discussões analíticas do escritor e educador brasileiro Paulo Freire e nas interlocuções com outros intelectuais.

A ênfase nesta Ocupação no bairro José Walter resulta da notória complexidade que a questão da moradia popular assume em Fortaleza, principalmente a partir da primeira década dos anos 2000, sendo uma prioridade de demandas da população cearense em fóruns do Orçamento Participativo - OP e do Plano Diretor Participativo – PDP. Muitas ocupações foram sendo desencadeadas em terrenos e prédios urbanos na cidade, contudo a Comuna 17 de abril vem da organização campo-cidade, entre Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento dos Conselhos Populares – MCP e Unidade Classista, corrente política do Partido Comunista Brasileiro-PCB. O movimento da Comuna teve uma importante conquista de ter a construção do Residencial Cidade Jardim Fortaleza no mesmo local da ocupação, com entrega das moradias realizada em dezembro de 2014.

E o que entender sobre politicidade e empoderamento?

Costa (2010) e Guareschi (2010) problematizam sobre o sentido de politicidade e empoderamento, a partir de Freire, resgatando a capacidade e potencialidade da busca da liberdade e libertação humana, de “ser-mais”. E fundamentam a necessidade ontológica de na busca pela libertação construirmos uma leitura do mundo com perguntas e dúvidas, problematizando e dialogando sobre os “quefazeres” (COSTA, 2010, p. 323) para uma transformação social em que a democracia, a participação e a esperança deem sentido à vida social.

A esperança é uma necessidade, portanto, de romper as “situações-limites” e, ao assumir uma postura crítica frente ao mundo, negar o dado, em ações de superação denominadas por Freire de “atos-limites”. Através desses atos-limites a fronteira entre “o ser e o ser mais” se transpõe, e pode ampliar a liberdade dos oprimidos e fazê-los descobrir o “inédito-viável”; que é o inédito, o sonho utópico existente, mas que só será possível a partir da práxis libertadora, quando através da reflexão-ação se extinguirem as situações-limites que nos limitam a “ser menos”.

E, assim, a politicidade está encarnada na essência da nossa existência, sendo a educação, inclusive, um ato político. A perspectiva do empoderamento, então, deve vir de uma compreensão e vivência da política em todas as esferas da vida social que propõe o

fortalecimento da coletividade. Portanto, o debate em torno do empoderamento nas suas diversas formas de abordagem e contradições traz à tona a discussão sobre conscientização e poder.

Na obra *Medo e Ousadia* o diálogo entre Ira Shor e Paulo Freire (1986) sugere um debate mais profícuo sobre a riqueza da palavra *empowerment*, que significa em primeiro plano: dar poder a; ativar a potencialidade criativa; desenvolver a potencialidade criativa do sujeito; e, dinamizar a potencialidade do sujeito (p.10). Freire e Shor, entretanto, nesta obra ressaltam que o empoderamento deve ser posto como um *empowerment* de classe social: “Não individual, nem comunitário, *nem* meramente social, mas um conceito de *empowerment* ligado à classe social” (1986, p. 72). Assim atravessam também neste debate sobre o empoderamento, entre outros temas geradores, as discussões sobre diálogo e consciência crítica.

Há uma comparação do uso da palavra *empowerment* com o ato de acender um lampião, como se o/a professor/a fosse essa luz do lampião, representando o poder de transmitir a autonomia para se buscar e construir o conhecimento. Contudo, é fato que ela não é suficiente para a compreensão política e a transformação social. Por isso, Freire reafirma que a “liberdade é um ato social” e que o empoderamento pessoal não é por si só suficiente ao processo das transformações político-sociais.

(...) acho curioso como as pessoas nos EUA estão tão preocupadas em usar a palavra e o conceito do *empowerment*. Existe alguma razão para isso, algum sentido. Meu medo de usar a expressão *empowerment* é que algumas pessoas acham que essa prática ativa a potencialidade criativa dos alunos, e então está tudo terminado, nosso trabalho está arruinado, liquidado! Gostaria de poder expressar melhor meu profundo sentimento sobre esse desejo de usar a palavra *empowerment* (...) quando estou contra a posição autoritária, não estou tentando cair naquilo de que falei antes, na posição do *laissez-faire*. Quando critico a manipulação, não quero cair num falso e inexistente *não-direcionamento* da educação. Isto é, para mim, a educação é sempre diretiva, sempre. A questão é saber

em que direção e com quem ela é diretiva. Esta é a questão. Não acredito na autolibertação. A libertação é um ato social. (FREIRE e SHOR. 1986. p. 70 -71)

## 2 TERRITÓRIO COMUNA: contradições contemporâneas em Fortaleza

À luz dessas análises sobre politicidade e empoderamento vale destacar a história de organização popular que culminou com a Comuna e a conquista do Residencial Cidade Jardim Fortaleza. Tudo germinou nos núcleos comunitários de alguns bairros da cidade no início da década de 2000, quando despontaram movimentos de organização comunitária em torno da moradia, que propunham resgatar a identidade coletiva, tal como o Movimento dos Conselhos Populares – MCP, que existe desde 2004.

A partir de 2007 surgiram contradições e discordâncias entre as concepções e encaminhamentos políticos no MCP, fazendo com que alguns militantes propusessem uma ruptura. As questões polêmicas estavam centradas, especialmente, entre o/as militantes de base dos movimentos populares e aquele/as que estavam assumindo trabalho na Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR da Prefeitura de Fortaleza, na gestão do Partido dos Trabalhadores - PT. Com dissidentes do MCP, então, surgiu a Unidade Classista, uma corrente política do Partido Comunista Brasileiro - PCB com um coletivo organizado por militantes que defendem um movimento sindical-operário sem ser meramente “sindical” e, sem ser “reformista”. Assim, ambos, MCP e Unidade Classista, construíram a articulação com o MST como estratégia campo-cidade para o fortalecimento da agenda política e de suas pautas de reivindicações.

A ocupação das famílias no dia 17 de abril de 2010 foi construída ao longo desses encontros de organização dos movimentos sociais em torno da moradia popular em Fortaleza articulados por essas instâncias políticas. A Comuna 17 de abril em Fortaleza, então, marca um movimento que busca resgatar na história a rebeldia, a resistência e a organização do socialismo nas

lutas da França, em especial, a Comuna de Paris<sup>2</sup>, de março a maio de 1871. E, ainda mais, a coragem e ousadia dos trabalhadores com o massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará no Brasil em 17 de abril de 1996, sendo o dia 17 de abril o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária no Abril Vermelho.<sup>3</sup>

A Ocupação Comuna 17 de Abril, desde 2010, no bairro Prefeito José Walter na localidade Sítio São Jorge, como já mencionei, teve inicialmente a participação de quatrocentas famílias, depois, formaram mais de mil famílias. As famílias que iniciaram o movimento na sua maioria tem baixa renda com base no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e viviam em moradias de familiares ou alugadas.

Em 2012, como resposta dos governos municipal e estadual às persistentes manifestações populares destas famílias, houve a conquista do Residencial Cidade Jardim Fortaleza erguido no mesmo local da ocupação e entregue às famílias em dezembro de 2014. Muitos foram os percalços até a conquista do Residencial, entre eles as ameaças da organização do tráfico e de seu rastro de destruição junto às ações coletivas, principalmente, num contexto de opressão similar aos das instâncias de controle e poder das classes dominantes.

A partir dos momentos de interlocução com o grupo da Comuna e com os movimentos sociais em defesa da moradia popular fui compreendendo

<sup>2</sup> Sobre a Comuna de Paris vale destacar que foi um movimento de resistência popular no período que finaliza o tempo de Luis Bonaparte e a invasão do Reino da Prússia à França, em torno de 1871. Os trabalhadores assumem o controle do governo após vinte anos de lutas desde a Revolução Francesa em 1848, que destituiu a monarquia e o poder ficou sob o comando dos “aliados” burgueses. Com a Guerra Franco-Prussiana a Comuna de Paris enfrentou tanto a invasão prussiana como as tropas francesas mais conservadoras, que não apoiavam este movimento socialista. A Comuna de Paris foi um governo autogestado composto por noventa pessoas eleitas pelo voto universal masculino de diversas vertentes socialistas, entre elas o Marxismo. Propôs a separação da Igreja do Estado e providenciou muitas ações em favor da classe trabalhadora. A Comuna foi duramente reprimida pelas forças de Thiers, dirigente burguês, contra os *communards*, que foram assassinados em torno de 80 mil e presos em mais de 40 mil, sendo torturados e muitos executados. (MARX, 2012)

<sup>3</sup> O Abril Vermelho é um movimento nacional mobilizado anualmente pelo MST, que faz alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido no Pará em 1996, que resultou no assassinato de vinte e um militantes e trabalhadore/as pela Polícia Militar deste estado.

melhor as ideias defendidas por Telles (2004) de que a busca pelos direitos sociais nas lutas imediatas e nos movimentos de organização comunitária no Brasil, a partir de meados dos anos de 1980, revelou que os movimentos de reivindicações populares, especialmente os de caráter urbano, passaram a ser caracterizados por uma “nova contratualidade”. Isto, como resultante de uma legalidade construída nas formas negociadas de arbitragem de conflitos, que respondem demandas imediatas, e apontam para a criação de “novos direitos”.

A interlocução do movimento da Comuna 17 de abril se faz também com Gohn (2008), quando problematiza que o debate sobre os movimentos sociais contemporâneos exige, previamente, um diálogo em torno do “protagonismo dos atores sócio-políticos, como sujeitos de poder” no âmbito da sociedade civil. Para a autora, no Brasil, o protagonismo da sociedade civil invadiu a sociedade política nas parcerias com o Estado de forma bem pragmática. Assim, a autora complementa que a questão social do século XXI está fortemente localizada na esfera urbana sob a égide da violência, do consumo, do tráfico de drogas e dos poderes paralelos ao Estado, que vão interferindo na organização dos movimentos sociais, instalando o medo e fragilizando o processo de mobilização e organização coletiva.

Parece haver aqui uma sintonia das instigações de Gohn (2008) com a organização dos militantes da Comuna 17 de abril, tendo em vista terem este “protagonismo de atores sócio-políticos” como “novos sujeitos de poder” e de também terem tido uma ousadia crítica e muita coragem para resistir às ameaças da violência policial, do poder instituído e do tráfico durante a ocupação.

Após um bom tempo na resistência e expectativa de respostas da gestão pública, em 2012 elas chegaram com a surpresa de que as obras do residencial não iriam atender, apenas, as mil famílias que estavam na ocupação no bairro José Walter. Mas, a proposta foi de construção de mais de cinco mil moradias, onde deverão ser assentadas outras ocupações da cidade entre elas as que foram desapropriados para as obras de infraestrutura dos megaeventos internacionais de futebol, Copa das Confederações em 2013 e

Copa do Mundo em 2014. Com isso, o projeto de moradia popular proposto pelo movimento Comuna foi redefinido pelo governo do estado e incorporado ao Programa Minha Casa Minha Vida<sup>4</sup> como única possibilidade de negociação, mesmo sob a discordância das entidades e militantes da direção do MCP, Unidade Classista e MST.

Essa informação desafiou o movimento a aceitar as condições propostas, acompanhar a construção da obra e a encaminhar as decisões para definir e dividir as moradias. Às ameaças do tráfico de drogas na disputa pelo comando do movimento se consolidaram e ocorreu o saque e a destruição da Cooperativa de Costura e do espaço coletivo para atividades das e com as famílias ocupadas. A partir daí as quatrocentas famílias retornaram as casas de familiares e/ou passaram a viver de aluguel novamente, em busca de maior proteção, até a entrega definitiva das moradias do Residencial.

Vale resgatar, no sentido de uma melhor compreensão sobre este movimento social, um breve histórico de como ocorreu e se organizou a Comuna 17 de abril. A dinâmica da Comuna em Fortaleza desde a ocupação de parte das Terras dos Montenegro<sup>5</sup> foi de proteger o grupo, principalmente mulheres e crianças, por isso a organização dos barracões foi em formato de “U”, que resguardava mais as pessoas em caso de invasão policial ou outras ameaças. As famílias foram subdivididas em Pólos, onde o/as

<sup>4</sup> Programa Nacional proposto pela Lei Nº 11.977, de 07 de julho de 2009, é resultado de diretriz do Governo Federal de subsidiar empréstimos para moradias de interesse social. É gestado pelo Ministério das Cidades para famílias de baixa renda que estão na base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e requer da família postulante financiar a moradia através de empréstimo à Caixa Econômica Federal. Maiores esclarecimentos:

[http://www.sedhab.df.gov.br/mapas\\_sicad/conferencias/programa\\_minha\\_casa\\_minha\\_vida.ppt](http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.ppt); <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida>.

<sup>5</sup> A denominação “Terras dos Montenegros” identifica as demarcações de grandes propriedades da família Montenegro em Fortaleza, de territórios grilados no passado e que atualmente são instrumentos de especulação no mercado imobiliário. Em especial a escolhida pelo movimento, localizada no Sítio São Jorge no bairro José Walter, tem mais de 500 hectares, enquadrava-se pela lei como latifúndio e nela não havia nenhuma produção de subsistência ou em larga escala, podendo ser considerada como terras improdutivas. Vale destacar que a Construtora e Imobiliária Montenegro é um dos negócios desta família em Fortaleza.

coordenadore/as foram definidos através de processo eleitoral e decisão coletiva e atuaram juntamente com os militantes do MST, da Unidade Classista e do MCP. Essa equipe responsável pelos núcleos fazia reuniões diárias do grupo e tinham três horários de chamadas – 5:00, 12:00 e 18:00hs, além de se articular para escutar, acolher e dar encaminhamentos as necessidades e sugestões das famílias em suas decisões e deliberações coletivas.

A partir do quarto e quinto mês de acampamento as famílias mudaram dos barracões para fazer seus próprios barracos e se mantiveram organizados em cinco (05) Pólos, enquanto aguardavam a decisão dos governos e resposta às manifestações e protestos desencadeados. Nos Pólos havia a organização das famílias em núcleos, e dos núcleos se formaram as equipes de coordenadore/as dos pólos, constituídas por dois ou três militantes das entidades envolvidas com três ou quatro moradores vindos das famílias em cada pólo.

Desde o início da ocupação foram propostas as atividades políticas, de produção, de educação e culturais que eram estratégicas para manter o grupo coeso e em condições de sobreviver às intempéries e dificuldades que são próprias de uma ocupação. Tais como a falta e escassez de água, luz, escolas, postos de saúde, e, ainda, ter a resistência às ameaças policiais e ao tráfico de drogas, como ocorreu na Comuna.

Das atividades do grupo tiveram a Cooperativa de Costura, o Salão de Beleza Comunitário, a Bodega Vitória Coletiva, a Ciranda de Leitura para crianças e adolescentes e turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uma estrutura de alvenaria estava sendo concluída e à espera de livros e materiais de estudo, onde seriam desenvolvidas atividades de EJA, a ciranda de leitura e se tornaria um espaço comunitário para encontros grupais, sendo considerada como uma das principais atividades coletivas junto à Cooperativa de Costura.

Dentre essas atividades, vale destacar as de educação de jovens e adultos - EJA e a ciranda da leitura que revelaram a atenção com uma formação educativa (e política) voltada para as necessidades das pessoas, de uma formação educativa como ato político, como enfatiza Freire (1986). A



intenção foi de resistir e buscar romper com a ideologia burguesa, de querer não mais se submeter às desigualdades e regras do capitalismo como se não pudessem enfrentá-las; pois aceitar o aluguel, o baixo salário e as condições indignas de vida e trabalho é uma imposição sutil e contundente do sistema do capital. E, aí, percebi o quanto de ousadia e poder se construiu com o saber e a cultura daquele povo e para ele mesmo.

As atividades de EJA ocorreram desde os primeiros meses da ocupação e foram conduzidas por militantes do MST e por jovens acadêmicos, ligados ao grupo e também pleiteantes das moradias, que acreditam e buscam construir os espaços da educação popular nos movimentos sociais. Com as crianças as atividades educativas contribuíram para aprofundar seus conhecimentos escolares nos tempos livres, fora da escola, para motivá-las às leituras e conversas sobre os conhecimentos da vida.

Merece destaque, a experiência de alfabetização na Comuna através do método “Sim, eu Posso”. O “Sim, eu Posso” foi criado pela educadora cubana Leonela Relyz<sup>6</sup> e operacionalizado pela primeira vez na República Bolivariana da Venezuela com o objetivo de eliminar o analfabetismo em curto prazo. O método se baseia na relação do conhecido (números) em direção ao desconhecido (letras), proporcionando, assim, o ensino da leitura e da escrita, e assegura, em poucas semanas, o conhecimento necessário para ascender à educação básica. É composto por um kit com dezessete (17) DVD's e uma cartilha, com sessenta e cinco (65) teleaulas em um período de três meses, mediados por um monitor (professor). No Brasil o método foi adaptado pelo próprio MST e, após o período das teleaulas, dar-se-ia prosseguimento mediante a constituição dos Círculos de Cultura, propostos por Paulo Freire. É importante observar que na proposta do MST este método não substitui o ensino formal, pois se configura em um

<sup>6</sup> Doutora em ciências da educação é professora cubana, da Universidade de Havana e assessora acadêmica do Instituto Pedagógico Latino Americano y Caribeño (IPLAC) e atuou como alfabetizadora durante a revolução cubana.

momento inicial, que deve servir como incentivo para o ingresso dos educandos na Educação de Jovens e Adultos – EJA da rede regular de ensino<sup>7</sup>.

Há dois momentos distintos no desenvolvimento deste método na ocupação Comuna 17 de Abril, que merecem ser analisados: o do início com a falta de apoio dos governos para infraestrutura necessária ao projeto; e, as contribuições e efetivo apoio da comunidade, que mesmo diante das adversidades com as precárias condições das acomodações e sobrevivência numa ocupação, possibilitou a concretização do projeto.

Só foi possível dar início a preparação de um projeto educacional na Comuna ao final de maio de 2010, considerando que as atenções estavam voltadas para a permanência no território ocupado, em meio a uma dinâmica de lutas sociais para a consolidação do acampamento. Com as expectativas frustradas de apoio institucional da Prefeitura Municipal de Fortaleza, à época comandada pela prefeita Luizianne Lins (PT), para obtenção de estrutura adequada para as aulas com aparelhos de TV e DVD, material escolar, mesas e cadeiras, entre outras necessidades, a própria comunidade decidiu pelo imediato início das atividades, de forma independente, dentro das condições possíveis de uma ocupação recém-instalada. Os monitores foram selecionados e capacitados pedagogicamente por uma militante do setor de educação do MST, que durou cerca de duas semanas. Posteriormente a isso, foram formadas quatro turmas, duas no período da tarde e duas a noite, com uma média de 20 pessoas<sup>8</sup> cada, dando início em junho de 2010 à luta pela erradicação do analfabetismo dentro da Comuna 17 de Abril.

Nesse contexto o engajamento da comunidade juntamente com o MST e MCP foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto. Ao final do período, duas das quatro turmas conseguiram cumprir integralmente o programa das teleaulas, sendo alfabetizados cerca de 25 alunos. O ciclo seguinte, de formação dos Círculos de Cultura Freireanos não pode ser

<sup>7</sup> Ver cartilha da Campanha Nacional de Alfabetização no MST, p. 13 e 14, de julho de 2007.

<sup>8</sup> As turmas tinham um perfil etário, em média, na faixa dos 40 a 60 anos e eram formadas majoritariamente por mulheres.

realizado, dado a necessidade de mudança de parte das famílias para a execução das obras e das ameaças do tráfico de drogas na disputa de poder pelo território ocupado.

Essas atividades foram tão significativas que por iniciativa e subsídios do MST, como já mencionei, houve uma construção em alvenaria onde funcionaria como local coletivo para leituras, projetar filmes, fazer rodas de conversas, ponto de encontros e reuniões, da e para a comunidade ter um espaço de educação, cultura e lazer. A alegria que tive ao ver o esforço de construir e montar aquele espaço de educação e cultura não foi maior que a tristeza e o desconsolo em ver aquele espaço destruído sorrateiramente por tratores e saqueado pelas mesmas pessoas ligadas ao tráfico. Essa, assim como a Cooperativa de Costura foi uma das últimas formas de resistência dos trabalhos coletivos em educação e produção da Comuna antes das quatrocentas famílias, que iniciaram a ocupação, saírem para aguardarem a construção das obras do residencial e buscarem uma forma de proteção mais segura.

Quando percebi os caminhos e estratégias coletivas encontradas na Comuna para consolidar o movimento através das atividades produtivas, educativas e culturais vi, também, que ali se evidenciava um processo de formação política e de educação popular perpassado pela politicidade e empoderamento do grupo que o articulava às análises de Freire.

Isso também está posto nas ideias de Freire (1997) quando fundamenta a compreensão de educação do e para o oprimido e sugere a leitura crítica da realidade, a ação para transformar a opressão em luta pela libertação, e que a construção do “local” isto é, aquilo que é mais próximo em oposição ao “global”, o planetário, deve ser a forma mais justa, solidária e democrática de pensar a vida social. Há, então, um diálogo permanente da educação popular não restrita a espaços alternativos, mas incorporada ao fluxo da política e da pedagogia (STRECK, 2006). A Educação Popular capaz de confrontar a “educação formal escolarizada”, num “pensar certo” defendido por Freire como movimento de “refundamentação da nova prática de gestão pública democrática” (FREIRE, 1997).

A partir da educação popular se defende que os sujeitos sociais constituídos para a intervenção no “global” a partir do “local”, do espaço de convivência social e da perspectiva cultural constrói uma “reação ao economicismo educacional”, a uma educação para o mercado capitalista. Portanto, a formação para o “outro mundo possível” exige “outra forma de educar” no “movimento de luta política das classes populares” e, assim, afirma uma identidade cultural vivida e refletida. O mais interessante disso é que os movimentos sociais comprometidos com uma nova ordem societária já buscam construir em seus espaços de sociabilidade essa forma de educação libertadora, capaz de formar novo/as homens e mulheres, numa perspectiva de “ser-mais”.

Como revelado anteriormente, a discussão sobre o empoderamento é atravessada pela compreensão do diálogo que concretiza a comunicação, por isso é uma ação essencialmente humana, e é através do diálogo que se aprende, num aprendizado que nunca é individual, embora também o seja. Assim, a motivação deve estar no próprio ato de estudar como uma conquista de fazer junto, de buscar o conhecimento coletivamente.

Fica, então, mais evidente que o lugar da sala de aula não é o único onde estará evidenciada a contribuição da educação libertadora, mas principalmente no âmbito dos movimentos sociais, numa perspectiva de transformação. Aí se encontra, mais uma vez, uma interlocução das análises Freireanas sobre a politicidade e empoderamento com as vivências na Comuna 17 de abril a partir da formação política e da educação popular como forma de educação libertadora nos movimentos sociais. Tal como destaca Freire e Shor:

Mas há outro lugar em que a existência e o desenvolvimento da educação libertadora é possível, que é precisamente no interior dos movimentos sociais. Por exemplo, o movimento de libertação das mulheres, o movimento ecológico, o movimento das donas-de-casa contra o custo de vida, todos esses movimentos de base emergirão como uma tarefa política muito vigorosa, no final deste século. Na intimidade destes movimentos, temos aspectos da educação libertadora que algumas vezes não percebemos (...) Para mim, a melhor coisa possível é trabalhar ao mesmo tempo nos dois lugares, na escola e nos movimentos sociais fora da sala de aula. Mas uma coisa deve ser evitada: é ser ineficiente nos dois lugares, fazer mal as duas coisas. (FREIRE e SHOR. 1986. p. 30).

Ainda, de acordo com esses autores, cada vez mais se imbrica a educação com a política, onde se transformam educadores e educandos a partir de suas experiências e buscas. A educação não é aqui para os educandos, mas com eles.

Esta é uma grande descoberta: a educação é política! Depois de descobrir que também é um político, o professor tem de se perguntar: “Que tipo de política estou fazendo em classe?” Ou seja: “Estou sendo um professor a favor de quem?” Ao se perguntar a favor de quem está educando, o professor também deve perguntar-se contra quem está educando. Claro que o professor que se pergunta a favor de quem e contra quem está educando também deve estar ensinando a favor e contra alguma coisa. Essa “coisa” é o projeto político, o perfil político da sociedade, o “sonho” político. Depois desse momento, o educador tem que fazer sua opção, aprofundar-se na política e na pedagogia de oposição (...) Sim, por causa disso, também não posso ser liberal, ou, até algo mais do que liberal, liberalista!(...) Não posso ser *espontaneísta!* (...) Não posso cair no *laissez-faire*. Por um lado, não posso ser autoritário. Por outro lado, não posso cair no *laissez-faire*. Tenho que ser radicalmente democrático, responsável e diretivo. *Não* diretivo dos *estudantes*, mas diretivo do processo no qual os estudantes estão comigo. (FREIRE e SHOR. 1986. p. 34).

Vale destacar que ser um educador libertador não é ser um missionário, um técnico ou mero professor, é mais que isso, é ser um ativista crítico, um militante político. “A militância significa re-criação permanente (...) Ela impede que você perca a esperança” (FREIRE e SHOR. 1986. p. 37).

Os momentos de formação política que perpassam todo o processo de mobilização, planejamento e organização comunitária em torno da Comuna evidentemente reforçam as ideias da educação popular em Freire. As famílias quase “despossuídas” da esperança de acreditar na conquista de seus “sonhos” buscaram fortalecer seus vínculos e isto, por si só, já é uma grande ousadia dos “sem teto”, “sem-terra”, dos desesperançados. Mesmo sem acreditar muito, imersos numa vida de escassez, eles seguiram na teimosia de se juntar pra falar de suas questões, indignações e lamentos e, com tudo isso, se desafiaram ao esforço de buscar saídas e caminhos coletivos, como uma, e talvez, última oportunidade de se permitir brigar pelo tênue, mas ainda presente, sentimento do “ter direitos”, de ser cidadão.

A politicidade, então, é confirmada bem claramente no depoimento de um morador da Comuna e coordenador de polo no período da ocupação durante uma reunião ampliada em setembro de 2013: "A terra passou a ter uma função dada por nós, que antes era só dos ratos (...). Como coordenador fui aprendendo muito, pois não foi só uma moradia que ganhamos, mas uma formação de que a gente tem direitos e direito a ter direitos...".

Aí, então, reside a necessidade da prática educativa defendida por Freire (2011) como uma "aventura desveladora", uma experiência de "desocultação da verdade" (p. 13), um encontro com o "inédito viável"; ou seja, com aquele "sonho utópico" que só será conseguido com a "práxis libertadora", que passa pela "ação dialógica" experimentada coletivamente, num despertar de consciências sobre as barreiras das "situações-limites" da vida dos oprimidos e de como enfrentá-las. A educação popular, em Freire, sinaliza ser um eixo central nesta estratégia de organização, pois reacende as possibilidades do encontro com a crítica, com a consciência coletiva das classes "despossuídas", e a possibilidade concreta de ir conquistando uma nova ordem social, sem desigualdades.

O processo de mobilização que desencadeou a ocupação Comuna 17 de Abril revela esta teimosia política de famílias que buscaram concretizar o encontro com o "inédito viável" pensado por Freire. Como o "sonho utópico" criou raízes nas quatrocentas famílias protagonistas da ocupação, que retornaram aos territórios de moradia anteriores em casas alugadas ou de parentes e, mesmo assim, continuaram mobilizadas como um coletivo político que se articula e se planeja em encontros mensais até fazerem sua conquista principal, a moradia, mas não a única ou suficiente vitória.

Numa guinada de conclusão das ideias que problematizei sobre a politicidade e empoderamento a partir das vivências da Comuna 17 de abril em Fortaleza, a concepção de Freire de conotação classista justifica e legitima o processo de organização e permanência da Comuna 17 de Abril como um coletivo, uma comunidade. Pois, em torno da garantia da moradia foram construídos vínculos nesta comunidade, desde os idos do início dos anos 2000, e que, cada vez mais, pressupõe a exigência de se potencializar como

grupo político-social, consciente de seu poder enquanto classe social. Há pessoas nesse processo que construíram uma autonomia crítico-reflexiva, em especial, as que estiveram mais voltadas à coordenação no momento da ocupação, mas essa não é uma situação perene entre todo/as que participaram deste movimento. De acordo com Freire e Shor (1986),

A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. A questão do *empowerment* da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (p.72)

Aqui percebo que é preciso ter cuidado com as distorções em torno do significado do empoderamento, mesmo com os argumentos de Freire sobre o empoderamento de classe social. Tendo em vista que na dimensão pós-moderna e contemporânea do capital há uma articulação bem aproximada do *empowerment* com o individualismo na sua feição mais exacerbada, egocêntrica, que Harvey (1992) destaca como uma das heranças mais cruéis desse sistema. O empoderamento pessoal parece trazer uma autonomia própria, e até um comportamento de empreendedorismo pessoal, como uma estratégia ideológica da classe dominante em barrar as possibilidades de construção de um conhecimento coletivo e aprendizado social libertador. Isso segue muito no sentido de descaracterizar a educação dialógica e a militância política dos sujeitos e de propagar a individualidade como uma âncora que paralisa e bloqueia o empoderamento social, se opondo ao esforço crítico pela transformação social.

Gramsci (2014) vem trazer uma grande contribuição para essas análises, principalmente em torno da discussão sobre os intelectuais orgânicos e a dimensão classista das lutas sociais. Para Gramsci quando o trabalhador compreende que não é apenas uma mercadoria, mas a força vital do trabalho vivo passa a criar sua própria ideologia e que sociedade almeja.

Assim, trabalho vivo não é o mesmo que força de trabalho. Ele constrói uma identidade coletiva dos e como trabalhadores e, assim, uma revolução intelectual se constitui, sendo o trabalhador o próprio intelectual de seu grupo social.

A compreensão de Gramsci de “que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais” (2014, p.18-19) pode levar a análise sobre a condição de alguns coordenadores de polo da Comuna enquanto intelectuais no campo social, importantes para seu grupo de origem e para os grupos solidários às suas ideias, mas nem tão importantes para a sociedade, pois não representam os pensamentos dominantes da sociedade e não são por ela reconhecidos organicamente.

Nos depoimentos de muitas pessoas do grupo da Comuna, em rodas de conversas, há comentários de que elas já foram criticadas, até por seus familiares, parentes e amigos, por terem participado da Comuna e ficado na ocupação de “terras alheias” e, assim, terem “ganhado uma casa por serem invasores”, deslegitimando a luta construída. Há aí a confirmação, também, da concepção ideológica e moral da classe dominante que é absorvida e espreada pela maioria dos que estão fora do movimento, e até mesmo os que o fazem.

### 3 CONSIDERAÇÕES (IN) CONCLUSIVAS

As lutas dos movimentos pela garantia dos direitos sociais são legítimas, tal como o direito à moradia, que foi e é um símbolo da organização política das famílias da Ocupação Comuna 17 de abril; que atualmente sinalizam o desafio de serem comunidade a partir da casa conquistada, entendendo que as lutas e disputas não podem parar. Fica, das vivências da Comuna, dos acertos e equívocos, a imprescindibilidade da politicidade e do empoderamento social nos “quefazer” dos movimentos sociais e no processo de fortalecimento das comunidades em torno de uma formação política, de uma educação libertadora, que tenha como perspectiva a intenção



e a construção da transformação da sociedade para uma sociabilidade mais justa e sem desigualdades.

O olhar analítico sobre a Comuna confirma que na luta houve a formação política numa dimensão educativa em todas as fases da sua construção, desde a mobilização e envolvimento do/as que conseguiram entender os porquês da sua decisão e/ou do/as, que mesmo ainda no processo da reflexão, caminharam junto/as na luta, tendo como referências a história dos combates e a vida de quem os construiu e estão ali, lado à lado. Do/as que assumem a frente, militantes na vida, que já perceberam o véu midiático e ideológico do fetiche que naturaliza o não-direito e encobre a realidade desigual; e, os/as que se somam, como resolvida/os a usar a visão lateral para perceber e refletir mais amplamente sobre a realidade.

Portanto, a organização entre movimentos do campo e cidade acertou na radicalidade da luta e confirmou que Ocupar é mais que invadir, é tomar conta, cuidar e dar sentido de si para a coletividade. O antes e durante da Ocupação Comuna 17 de abril foi perpassado de estratégias fundamentais para a conquista das moradias e com ela a conquista de se sentir parte de uma intencionalidade de ocupar o espaço público e a vida coletiva em sua pluralidade, com educação, capacidade de reflexão crítica, modos de fazer emancipatórios, convivência comunitária recíproca, e, corroborar: “ninguém é o mesmo depois de uma ocupação”.

O sentido ocupação de si no coletivo segue com as lutas mais específicas no Residencial Cidade Jardim, com as conquistas que parecem não ser grandiosas, mas fazem a diferença no cotidiano, como ter linha de ônibus circular dentro do residencial para uma melhor mobilidade e uma maior proteção do/as moradore/as. De compreender sobre as necessidades do coletivo, construir prioridades e organizar-se para garantir o direito à educação, saúde à todas as gerações.

Refletir politicamente como possibilidades de encontrar respostas pode ser um caminho, mas não deve ser o único. A Pedagogia da Luta sinaliza que nada pode parecer impossível de mudar no aprendizado de produzir

utopias, de projetar futuro no olhar para a vida e o mundo e acreditar que tudo pode ser diferente do que é. (CALDART, 2012)

[...] A Utopia de sua libertação que ele vai percebendo como processo social de combate contra a força dominante que o esmaga. Nessa altura, ele saberá plenamente que tem futuro. Não um futuro certo, inapelável, para os camponeses, para os explorados e outro, como pensava antes, igualmente certo para os dominadores. Agora, sua prática política lhe terá ensinado que seu futuro está exatamente na transformação do hoje opressor com que constituirá o amanhã. Não há na verdade amanhã sem a transformação do hoje feio, perverso, em que ele e seus companheiros são *quase coisa*. Vai assim percebendo a *problematização* do futuro e não sua inexorabilidade. O futuro de que falamos não vem se não *identificamos falar dele* com *fazer ele* (fazê-lo). O futuro é feito por nós e não é uma doação a nós. O futuro existe como necessidade da História e implica sua continuidade e a História não morreu nem se metamorfoseou em algo novo que apenas faça de conta que é. (FREIRE, 2013, p.47-48).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba Ma. Pinho e VIANA, Virginia Márcia Assunção. **Relatório Final**. Pesquisa - População Sobrante em Fortaleza – CE e suas trajetórias de vulnerabilidade e de risco: um resgate analítico do CadÚnico. Fortaleza: 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIAS, L. I. R.; SOUZA, E. M. F. Alfabetização: método “yo, sí puedo”. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 81-88, jan./jun. 2009. <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/305/339>>. Acesso em 27 de mar. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 17. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. FREIRE, Ana Maria de Araújo. **À Sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Caderno 12 (1932). 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. As contribuições de Paulo Freire para uma abordagem biográfica de pesquisa e de formação. In: VASCONCELOS, J.G. e SANTANA, J.R. (org). **O Pensamento Pedagógico Hoje**. Fortaleza: edições UFC, 2011.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STRECK, Danilo R. A Educação Popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 272-284, maio/ago.2006.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: OS ANOS 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: brasiliense, 2004.

[www.sms.fortaleza.ce.gov.br](http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br) (acessado em 06/10/2011)

[www.mst.org.br/Jornada-Nacional-de-Lutas-pela-Reforma-Agraria-2012](http://www.mst.org.br/Jornada-Nacional-de-Lutas-pela-Reforma-Agraria-2012).

<http://comuna17deabril.blogspot.com.br/2010/05/por-que-somos-comuna-17-de-abril.html>